

## IMIGRAÇÃO

## Entregues à sorte em Portugal

Brasileiros sem renda suficiente para viver no país europeu pedem que consulado ajude a bancar viagem de retorno

» VICENTE NUNES  
CORRESPONDENTE

Vicente Nunes/CB/DA Press



Mais de 10 mil brasileiros entraram no programa que facilita visto a quem quer trabalhar em Portugal, mas há muitos que não têm mais condições de se manter em terras lusitanas

Lisboa — Um grupo cada vez maior de brasileiros que estão em Portugal tem procurado o Consulado do Brasil em Lisboa pedindo ajuda para retornar ao país. Alegam que estão desempregados e sem dinheiro para bancar as passagens de volta. Vários não têm recursos sequer para comer.

Os pedidos de socorro crescem num momento em que o governo de Portugal dá incentivos para que brasileiros migrem para o território luso a fim de procurar emprego. Para isso, foi criado um visto especial, que permite a estrangeiros ficar até 180 dias em Portugal tentando se encaixar no mercado de trabalho.

Muitos dos brasileiros que estão pedindo ajuda ao consulado viajaram para o país europeu iludidos de que arrumariam emprego logo e teriam condições de se manter em euro. A realidade, porém, é dura. Portugal sofre com inflação acima de 9% ao ano, os preços dos aluguéis não param de subir e os salários são baixos.

Por isso, é importante que aqueles que se animaram a emigrar para Portugal se aproveitando da flexibilização das leis de imigração se organizem muito bem, para não caírem em armadilhas.

“Estamos muito preocupados com o que pode ocorrer com a nova leva de brasileiros que decidirem se mudar para Portugal achando que vão resolver suas vidas”, diz um funcionário do consulado. “Muitos acreditam que Portugal é o paraíso, mas não é bem assim. O custo de vida está cada vez maior, e os salários estão achatados”, acrescenta.

## Custo de vida

O governo de Portugal informa que, desde que foram abertas as inscrições para os novos vistos de trabalho, no início de novembro, quase 10 mil brasileiros se inscreveram no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o primeiro passo da licença para entrar no país europeu dentro das novas condições.

“É muita gente”, ressalta um integrante da embaixada do Brasil em Portugal. Ele lembra que, pelas novas regras, os interessados em procurar empregos em território luso devem provar ter renda para se manter ao longo dos 180 dias — o mínimo é de R\$ 11 mil, o correspondente a três salários mínimos portugueses (2,1 mil euros).



**Lembramos ser de inteira responsabilidade do nacional os custeios dos gastos com sua hospedagem e alimentação em Portugal, além do custeio de passagens de retorno ao Brasil**

Consulado do Brasil em Lisboa, em nota

O problema é que esses recursos não são suficientes para todas as despesas. Basta ver o que acontece com os brasileiros que já estão em Portugal. Vários são obrigados a viver em condições sub-humanas, pois não conseguem pagar nem uma vaga em um quarto, têm de dividir camas — em que um dorme de dia, outro, de noite.

“Não é isso que queremos para os imigrantes brasileiros que vivem em Portugal. O ideal é que, ao se mudarem para o país europeu, tenham o mínimo de condição de vida”, reforça o integrante da embaixada. “Infelizmente, muitos são iludidos e acabam caindo na situação que estamos vendo hoje junto ao consulado”, emenda.

## Nota do consulado

Oficialmente, a comunidade brasileira com autorização para morar em Portugal passa de 250 mil pessoas. Esse número, porém, pode ultrapassar os 300 mil, pois há aqueles que ainda não conseguiram regularizar a situação. Entraram em terras lusitanas como turistas e foram ficando, mesmo em condições precárias.

Parte dos brasileiros que estão em Portugal e pedem ajuda ao Consulado do Brasil em Lisboa para retornar ao país foi enganada por influencers por meio das redes sociais. Eles caíram na conversa de que a vida no país europeu é fácil, que há empregos de sobra e que é possível

acumular patrimônio (leia na reportagem ao lado).

Diante do grande aumento de pedidos de ajuda de brasileiros que vivem em Portugal para retornar ao Brasil, o Consulado do país em Lisboa foi obrigado a soltar um comunicado oficial informando não ter recursos para bancar passagens de avião nem outras despesas de cidadãos que decidiram viajar para o território luso.

“O Consulado-Geral do Brasil em Lisboa tem registrado aumento significativo de pedidos de repatriamento de cidadãos brasileiros recém-chegados a Portugal, que afirmam não ter condições de arcar com os custos dos bilhetes de retorno ao Brasil”, diz a nota oficial. “Lembramos ser de inteira responsabilidade do (cidadão) nacional os custeios dos gastos com sua hospedagem e alimentação em Portugal, além do custeio de passagens de retorno ao Brasil”, acrescenta.

O consulado lembra que, por lei, todas as pessoas que viajam do Brasil para Portugal devem apresentar a passagem de volta no momento de entrada no país europeu. O problema, dizem fontes ouvidas pelo **Correio**, é que muitos brasileiros cancelam o bilhete de retorno quando desembarcam para receber o dinheiro de volta.

## Enganados por influencers

As promessas vazias difundidas por influencers brasileiros se disseminaram de uma tal forma, que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal abriu uma série de investigações contra eles. Pelo menos 22 estão na mira da Justiça portuguesa por incitarem a imigração ilegal e darem golpes em desavisados.

Segundo o que a Justiça portuguesa já apurou, esses influencers brasileiros oferecem facilidades, cobram valores próximos de 3 mil euros (R\$ 16 mil) para preparar as documentações necessárias, mas não entregam nada. Quando as vítimas chegam ao país europeu, ficam abandonadas à própria sorte, e o consulado brasileiro não tem como ajudá-las financeiramente.

O que chamou a atenção das autoridades foi o fato de os influencers darem mostras explícitas de ostentação de riqueza na internet. A maioria dos suspeitos é de jovens que chegaram a Portugal há, no máximo, quatro anos. Eles passam a postar imagens sobre casas novas e viagens, fazendo crer que é muito fácil melhorar de vida em terras lusitanas. Entre os investigados, há os

que se apresentam como advogados, apesar de não terem registro oficial para atuar em Portugal.

A rede montada pelos influencers para enganar os incautos é grande. Eles conseguem oferecer às vítimas serviços de passagens aéreas, de assessoria sobre como funciona a legislação de Portugal, parcerias com advogados e comprovação de moradia para driblar a imigração.

Um das formas que o governo português encontrou para tentar conter esses influencers foi a criação de um visto temporário de até 180 dias para brasileiros que desejam procurar trabalho em território luso. Com isso, as autoridades acreditam que reduzirá muito a entrada de pessoas em Portugal como turistas, mas que, na verdade, têm interesse em permanecer no país para trabalhar.

Desde que os novos vistos temporários de trabalho entraram em vigor, no início de novembro, quase 10 mil brasileiros já se inscreveram no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o primeiro passo da licença para entrar no país europeu. (VN)

## NAVIO-FANTASMA

## Graneleiro que atingiu Ponte Rio-Niterói é alvo de ação

A EcoRodovias, concessionária da Ponte Rio-Niterói, informou que a avaliação técnica feita ontem pela manhã mostrou que a colisão do navio graneleiro São Luiz não causou comprometimento na estrutura da via. O petroleiro, que estava à deriva na Baía de Guanabara, foi levado pela ventania e se chocou com a ponte na noite de segunda-feira. A via foi imediatamente interditada e liberada parcialmente três horas depois. No fim da manhã, a ponte foi reaberta nos dois sentidos.

A Justiça já havia ordenado, em setembro de 2021, a remoção do São Luiz da Baía de Guanabara. O pedido foi feito pela Companhia Docas do Rio contra a empresa Navegação Mansur, responsável pela embarcação. Conforme a Marinha, uma ventania arrebatou as amarras que a ancoravam, causando a deriva.

A Companhia Docas cobrava dívida de cerca de R\$ 6,7 milhões por uso de infraestrutura, e o navio foi apontado como possível garantia de pagamento. Segundo

a organização portuária, o São Luiz tinha deterioração de equipamentos importantes, como rádio, iluminação e transponder. As correntes que o prendiam ao fundo do mar estavam oxidadas, com alto risco de soltura.

Para o magistrado Wilney Magno de Azevedo Silva, da 16ª Vara Federal do Rio, a embarcação representava “risco à segurança, a instalações existentes na Baía de Guanabara, bem como à Ponte Rio-Niterói e potencial poluição hídrica”.

Como condenação, a Navegação Mansur foi intimada a pagar a dívida e remover a embarcação, para assim deslocá-la a um local seguro. Segundo nota da Marinha, o navio estava fundeado em local predefinido pelas Normas da Autoridade Marítima desde fevereiro de 2016, sem riscos à navegação. Um inquérito será instaurado para apurar causas e responsabilidades do acidente.

Em 2019, a Companhia Docas já havia recebido aval para remover o São Luiz, também pelo juiz Azevedo, que constatou que



Graneleiro São Luiz é rebocado para uma área segura, e Marinha apura responsabilidade pelo acidente

a Mansur não estaria disposta a tirá-lo. A Companhia Docas é responsável pela gestão de portos públicos na capital, Angra dos Reis, Itaguaí, e Niterói.

## Cemitério flutuante

Um cemitério flutuante de décadas, com navios-fantasma sem tripulação espalhados pelas

águas da Baía de Guanabara, no Rio, foi a origem do acidente que atingiu a Ponte Rio-Niterói. Foi desse conjunto de barcos comidos pela ferrugem e pelas cracas

que saiu o petroleiro São Luiz.

O rompimento permitiu que o navio fosse lentamente arrastado até bater no guarda-corpo da ponte, que balançou. O incidente, que cortou por três horas a principal ligação rodoviária entre a atual e a antiga capital fluminense, não surpreendeu, porém, ambientalistas e engenheiros que acompanham há anos o problema e seus riscos ambientais e à navegação.

“Ao longo deste tempo cresce o risco de vazamento de óleo, outras substâncias químicas e metais pesados oriundos dessas embarcações que apodrecem no fundo da Baía ou ancoradas no espelho d’água de forma precária e insegura, sem dispor da devida fiscalização periódica que deveria ser realizada por órgãos ambientais como o Inea (Instituto Estadual do Ambiente) ou o Ibaema (federal), nem mesmo pela Capitania dos Portos”, afirmam os ativistas do Movimento Baía Viva, em nota.